**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO 24 DE SETEMBRO DE 2011. ----------**

Aos Vinte e Quatro do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Onze, pelas Dez horas, reuniu-se na Casa do Povo de Ermelo o Órgão deliberativo deste Município. ----------

Faltaram à presente sessão os Deputados Municipais: José Francisco Teixeira Lopes, Bruno Miguel de Moura Ferreira, Jorge Manuel Rabiço da Costa, Francisco Ribeiro Martins, Mabílio Ribeiro Peixoto e Fernando Maria Dinis de Carvalho Gomes. Estes Deputados apresentaram as devidas justificações, tendo a Mesa deliberado justificar estas faltas. ----------

Os Deputados José Francisco Teixeira Lopes e Jorge Manuel Rabiço da Costa, impossibilitados de comparecerem a esta sessão da Assembleia Municipal, requereram a sua substituição, nos termos das disposições combinadas nos artigos 78º nº1 e nº2 e 79º nº 1 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pelos cidadãos imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista: Carlos Filipe Meireles Macedo e Artur Jorge Silva Miguel. ----------

**PRESENÇAS: ----------**

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. ----------

**ABERTURA DA REUNIÃO. ----------**

Face à ausência do Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, a Deputada Maria Fernanda Lemos Cunha, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, substituiu-o, tendo sido designado, interinamente e para esta reunião, o Deputado José Joaquim Ribeiro Pereira Afonso para desempenhar as funções de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão agradecendo a hospitalidade prestada pela freguesia, na pessoa da Senhora Presidente da Junta. Relembrou que esta sessão era para ter sido realizada em Campanhó, uma vez que estavam a seguir a ordem alfabética das freguesias, tendo sido pedido por motivos vários que não se realizasse lá, tendo infelizmente a vida acabado por mostrar que ia ser de facto impossível realizar lá a sessão. Solicitou um voto de pesar à família e à Junta de Freguesia, em nome desta Assembleia, fazendo-se de seguida um minuto de silêncio em homenagem a este autarca de longa data. De seguida, relembrou que das alterações ao regimento da assembleia resultou o aparato à vista que permitirá à Mesa e aos próprios deputados fazerem o controlo do tempo de intervenção dos diferentes partidos presentes. ----------

O deputado Fernando Avelino Silva iniciou a sua intervenção agradecendo à anfitriã o facto de estarem nesta freguesia histórica, com algumas preocupações, entendendo que quem deveria abrir esta sessão era a Senhora Presidente da Junta de Freguesia. No entanto, congratulou-se com a presença de todos em Ermelo, esperando que, de alguma forma, fossem aqui debatidos também os assuntos desta freguesia. Aproveitou para dizer que o grupo do CDS-PP entregara uma moção no sentido de os deputados também participarem na questão do novo mapa autárquico que se afigura. Relativamente a outros assuntos e até para ser breve porque o tempo conta, deixou apenas duas notas. A primeira, congratulando-se de certa forma com esta solidariedade relativamente a um autarca que faleceu, deste concelho, mas, e porque teve oportunidade de visitar Campanhó, pedindo desculpa pelo facto de estar a introduzir um assunto de Campanhó, sentiu-se muito perturbado pela forma como está a estrada em Campanhó. Aproveitou para deixar aqui salvaguardado que para além de se terem apercebido de que a marcação da estrada já estava prevista a uma empresa, tal facto ainda não foi feito. Salientou uma situação que tem a ver com o facto de ter havido um

incêndio que torna muito complicado e perigoso o trânsito em Campanhó. De seguida evidenciou a sua segunda nota que se relaciona com a última assembleia e com o facto de alguém ter colocado algumas questões que têm a ver com pagamentos da autarquia sem o visto do Tribunal de Contas, agradecendo a informação prestada na altura pelo Senhor Presidente da Câmara mas não podendo deixar de ter aqui uma nota clara relativamente a uma questão que tem a ver com o facto de, muitas vezes, alguns procedimentos não cumprirem o que está estipulado. Salientou que existem aqui questões de legalidade, nomeadamente o facto de a autarquia ter entregue uma obra a um presidente de junta. São coisas muito graves. Julga que quando se fala destas questões não é só retórica, os actos também contam. Quanto a ele, relativamente às duas situações, elas em si configuram de alguma forma aspectos de ilegalidade sendo que uma das tarefas desta Assembleia, entre outros, é a de fiscalizar as acções da Câmara, não podendo deixar-se passar em claro estes aspectos. ----------

A deputada Aurora Peixoto e Pereira iniciou a sua intervenção solicitando que, tendo em consideração o início do ano lectivo e estando presente nesta sessão a Vereadora com o Pelouro da Educação, o levantamento das necessidades que é feito no inicio do ano escolar não ficasse só por um levantamento. Manifestou que gostava que, à semelhança do que referiu no final do ano escolar anterior, no Jardim de Infância fosse facultado aquele cantinho de areia aos miúdos, que fosse verificada a zona de lazer dessas crianças, que efectivamente fossem verificadas as obras de segurança no Centro Escolar e se desse continuidade a essas obras. Lamentou que ainda estejam as obras a decorrer, tendo em conta que o centro escolar esteve dois meses sem aulas, podendo ter sido aproveitado esse período para realizar as obras. Salientou a insatisfação dos pais com a actual situação da alimentação nas escolas, questão que por esta altura está a levantar bastante polémica. Compreende que esta seja uma questão que está mais relacionada com a

Direcção do Agrupamento Escolar, mas uma vez que estão presentes nesta sessão quer a Vereadora da Educação, quer a Directora do Agrupamento, apesar de estar noutra figura neste momento, considera importante abordar esta questão. Referiu que enquanto autoridades do Concelho, têm que estar todos em sintonia, têm que trabalhar todos para os mesmos propósitos e zelar pelos melhores interesses do Concelho. Portanto, considera que devem todos trabalhar na mesma direcção e com o mesmo empenho. Referiu que a verdade é que a quantidade e a qualidade da comida decresceram e que é necessário realocar aquelas funcionárias da escola do ciclo. Acrescentou que não gostaria de estar a comer comida que vem confeccionada do Porto e que é servida à tarde e salientou a insatisfação dos pais com a actual situação da alimentação nas escolas, referindo que não gostava que os seus filhos estivessem a passar por essa situação, como muitos pais aliás não gostam e têm feito chegar essa insatisfação ao Agrupamento e ao Executivo. Deixou portanto esta questão para ser resolvida, em conjunto, pelas autoridades deste Concelho. Manifestou a sua insatisfação pelo facto de haver uma turma com dois níveis para os miúdos que vêm de fora da Vila pois acreditava que o Centro Escolar vinha justamente para colmatar esse problema. No inicio deste ano lectivo há meninos da Primeira Classe juntos com meninos da Quarta Classe. Considera que é um problema muito grave e inadmissível e que num Centro Escolar novo isso não deveria acontecer. Referiu também as estradas do Concelho que estão em condições lastimáveis. Teve oportunidade de constatar as obras que se fizeram dos Carvalhos de Atei para o centro de Atei e que considera que não é preciso ser perito em pavimentação para ver que aquilo está mal feito e que o tempo que demorou a fazer mal podia-se ter feito melhor. Cabe às autoridades e aos deputados que estão na posição de supervisão assegurar que as coisas sejam bem-feitas pelo que se não é para fazer bem, então que não se faça, que se arranje um projecto em condições para que as estradas do Concelho sejam feitas em condições. O dinheiro do Concelho deve ser

devidamente canalizado, pelo que a deputada referiu que preferia fazer mais tarde mas fazer bem do que fazer agora e não fazer em condições. Acrescentou que também era uma chamada de atenção para as obras em Mondim, apelando para que as obras nas freguesias não fossem esquecidas. Outra questão abordada pela deputada prende-se com a situação da jornada contínua dos funcionários do exterior da Câmara. Compreende e sabe que está previsto na Lei, mas parece-lhe de mau gosto que num Concelho em que se trabalha na agricultura, na extracção da pedra e na construção civil, de sol a sol, os funcionários da Câmara não o possam fazer. Numa altura em que se pede produtividade, esforço, compreensão de todos para trabalhar e serem produtivos ao máximo, porque é que não pode haver também esse esforço por parte dos funcionários da Câmara? Não percebe esta questão e considera que eles não são privilegiados em relação aos outros habitantes do Concelho. Alertou que os eleitores não estão satisfeitos com estas coisas que se têm vindo a fazer pelo que apenas está a deixar um alerta ao Executivo do que se passa cá fora. Insistiu para que pensassem nesta situação porque realmente as pessoas não estão satisfeitas. ----------

O deputado João Alarcão iniciou a sua intervenção no sentido de seguir a tradição de que, cada vez que reúnem nas freguesias, chamam a atenção para os problemas da respectiva freguesia. Chamou a atenção para um problema que afecta a população de Ermelo, relacionado com uma parte da ribeira de Fornelos que rebentou com a trovoada, criando problemas à população, problema que já foi apresentado à Câmara e que, tanto quanto sabe, ainda não foi dado resposta. Enquanto deputados sentem o eco das populações e, muitas vezes, estas críticas vêm acompanhadas da mágoa que sentem com obras de outro tipo, sendo esquecidas as obras de interesse geral. Uma outra observação feita pelo deputado prende-se com a Moção apresentada nesta sessão pelo grupo partidário do CDS-PP que propõe, a exemplo do que aconteceu noutros casos, a formação de uma comissão tripartida para poder

seguir, acompanhar e assessorar o Executivo Camarário na resolução de tudo quanto tenha a ver com o novo mapa autárquico, que será apresentado na próxima semana em Lisboa. Manifestou também uma outra preocupação do grupo parlamentar que se relaciona com o concurso em aberto para a venda de escolas, não podendo deixar de manifestar as dúvidas que têm quanto à titularidade de algumas dessas escolas serem ou não da Câmara Municipal porque muitas delas são pertença das populações. A Câmara Municipal limitou-se, no tempo em que elas foram levantadas, a dar a telha. Toda a gente sabe que a pedra, a mão-de-obra e tudo isso foi dado pelas populações. Consideram que a titularidade de algumas delas está nas populações e desvinculam-se de qualquer acção que seja tomada de venda por não terem a certeza de que a titularidade seja efectivamente da Autarquia. Um outro ponto abordado pelo deputado João Alarcão prende-se com a necessidade de transparência e de isenção nos procedimentos. As substituições de professores no que diz respeito às AEC's e à Cooperativa Mais Social preocupam o grupo do CDS-PP. É evidente que sabem que juridicamente a Cooperativa Mais Social não está obrigada aos mesmos procedimentos que a Câmara Municipal, mas, não estando obrigada aos mesmos procedimentos legais, estará certamente quanto à ética e à transparência que devem merecer as colocações e as substituições, e vêem afastar uma pessoa, ligada ao PSD, com uma valorização de 15,9 valores, sendo da área, substituída por pessoas que não são nem professoras primárias, nem da área. Consideram que este tipo de situações fazem temer pela transparência uma vez que os órgãos dessa Cooperativa não reúnem há mais de dois anos e que, se assim não for, agradecem que sejam informados, pois estes são os ecos das preocupações que os eleitores fazem chegar. Um outro ponto que também ajudaria a deixar as situações mais transparentes seria saber quantos autos de fiscalização e contra-ordenações deram entrada e quantos tiveram seguimento. ----------

O deputado Carlos Filipe Meireles Macedo iniciou a sua intervenção dizendo que era com grande satisfação que participava mais uma vez numa Assembleia fora da sede de Concelho, satisfação não só pela descentralização que tem vindo a ser feita mas também, pelo facto do seu pai ser natural da freguesia de Varzigueto. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse, aproveitando o facto de estarem em Ermelo, sobre a existência, como tem vindo a público, de algum tipo de projecto que esteja a ser planeado para as Fisgas. Acrescentou que este é um tema que sempre o preocupou porque considera que é um recurso natural que Mondim tem e que esteve sempre subaproveitado e foi muitas vezes negligenciado pelo que lhe parece que seriam boas noticias algum tipo de projecto que viesse trazer uma mais-valia para as Fisgas, para o turismo mondinense e, consequentemente, para a economia local. ----------

A deputada Maria Manuel Ferreira Martins usou da palavra para abordar um assunto com o qual se defrontou no verão e que a fez pensar: tendo entrado na loja do Posto de Turismo, local muito bem arranjado, verificou que se algum turista quisesse levar uma recordação de Mondim de Basto só havia vinho e mel. Perante isto, deixou como sugestão que alguém da Câmara ou do próprio turismo pudesse fazer ligação aos artesãos do Concelho de modo a permitir que quem entrasse no turismo se pudesse deparar com as coisas lindas que se fazem em Mondim, mostrando uma imagem muito interessante à loja do turismo, sendo ao mesmo tempo uma fonte benéfica para as pessoas do Município. ----------

O deputado Luís Sabino de Moura iniciou a sua intervenção agradecendo à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ermelo por receber os membros da Assembleia Municipal. De seguida, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o andamento do procedimento da venda da Casa da Igreja. Deixou também algumas palavras sobre a gestão do território do Concelho de Mondim de Basto. Efectivamente, as freguesias estão há muitos anos

abandonadas, sendo necessário, a seu ver, uma ratificação nesse centralismo em Mondim – ainda por cima tem sido um centralismo mal gerido – pois existem lá obras e mais obras cuja utilidade se pode questionar e percebe-se que o Concelho não tem coesão, o Concelho está claramente a perder pessoas, as freguesias estão a ficar sem população. Para ele, é evidente que não se atrai pessoas para residir se de facto não houver água com qualidade, se não houver vias de trânsito, uma gestão cuidadosa e justa para toda a gente, sendo estas questões essenciais para quem escolhe uma terra para viver. Para terminar referiu que era do conhecimento público que a Câmara Municipal está numa situação difícil economicamente, que o país e a Europa estão em queda livre, pelo que deixou a seguinte pergunta ao Senhor Presidente da Câmara: como é que a Câmara vai enfrentar esta situação, onde vai cortar e como, o que se vai fazer na estrutura de custos pois quem olha para as contas percebe que isto não tem sustentabilidade. ----------

**A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação o agendamento da moção do CDS-PP sobre a Criação de Comissão Eventual de Acompanhamento da Reorganização Administrativa do Concelho para a presente sessão, tendo obtido seis votos a favor, nove votos contra e três abstenções, não tendo ficado agendada para esta sessão mas comprometendo-se a Mesa a tomar em atenção esta proposta. ----------**

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para fazer uma saudação especial à população de Ermelo. Referiu que na semana anterior a «Câmara Mais Próxima» tinha estado em Ermelo a falar com as populações. Realçou que tinha conhecimento dos problemas de Ermelo e que a Câmara estava a fazer um esforço para os resolver. Sobre a ideia de que a Câmara só faz obras na vila, entende que isto revela o desconhecimento que as pessoas têm do que se faz nas freguesias, estando aliás em curso a pintura da estrada em Campanhó. Relativamente às obras do Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros, lamentou a forma deselegante com os senhores deputados

apresentam as questões, sendo que, nesta Assembleia, há vereadores e membros da Assembleia que também já fizeram negócio com a Câmara. Salientou que tinha um parecer jurídico em que aquilo que referem como uma ilegalidade não o é e que o Senhor Presidente da Junta de Vilar de Ferreiros, como qualquer pessoa que está aqui, pode fazer negócios com a Câmara. Relativamente à intervenção da deputada Aurora Peixoto e Pereira, o Senhor Presidente da Câmara considera que foi feita uma série de considerações sobre as escolas, a que não poderá responder porque não são da competência da Câmara. A título de exemplo, referiu que a responsabilidade da alimentação da escola é da responsabilidade da Direcção Regional da Educação do Norte, nem é do Executivo, nem é do Agrupamento. Reconheceu que de facto já várias pessoas fizeram queixa na Câmara, estando o Agrupamento a par da situação, mas é uma empresa que serve as refeições e que foi contratada pelo Ministério da Educação. ----------

A Senhora Presidente da Mesa interrompeu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara para dizer que relativamente a à questão da escola esta deveria ser tratada no Agrupamento e não na Assembleia Municipal. ----------

O Senhor Presidente da Câmara retomou o uso da palavra para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia. Referiu que a questão da turma com dois níveis era também uma questão do Agrupamento de Escolas, pelo que teria que ser colocada na escola. Quanto às obras no Centro Escolar, esclareceu que a Câmara fez um esforço de milhares de euros para colocar grades, pavimentar um recinto que estava com chapas provisórias, tudo isto durante o verão, mas a questão é que houve um problema com o relvado que foi mal colocado por uma empresa, tendo a Câmara Municipal obrigado a mesma a recolocar a relva. Realçou que tal só foi feito agora porque juridicamente só agora foi possível obrigar a empresa a fazer essa reparação, concordando que teria sido desejável que essa intervenção tivesse ocorrido durante o verão. Quanto à questão levantada sobre a jornada contínua dos

funcionários, lamentou a forma como a Senhora deputada o fez, fazendo parecer que os funcionários da Câmara não trabalham ou não cumprem o horário. Mais acrescentou que os funcionários da Câmara trabalham o horário que está estipulado na Lei, têm o mesmo horário que os funcionários da Câmara de Celorico e de Vila Real. Afirmou que enquanto Presidente da Câmara não isentou os funcionários de cumprir o horário de trabalho, o que fez foi adoptar uma medida, que é seguida na maioria das Câmaras do país, que se chama a jornada contínua. E para que toda a gente percebesse explicou que um funcionário trabalha sete horas por dia, podendo trabalhar das nove horas às doze hora e das catorze horas às dezassete horas, ou então, pode trabalhar as sete horas seguidas: trabalha das sete horas às treze horas, mas fazendo jornada contínua só trabalha seis horas, de acordo com a Lei. Salientou que o que a Câmara está a fazer é uma medida de gestão que está correcta porque durante o verão, com altas temperaturas, os funcionários trabalham muito menos e com esta jornada contínua os funcionários trabalham seis horas mas poupam combustível nas deslocações para serviços externos. Considera que a deputada Aurora Peixoto induziu em erro as pessoas que estão na Assembleia, realçando mais uma vez que os funcionários da Câmara não estão isentos do cumprimento do horário de trabalho. Sobre a intervenção do deputado João Alarcão relativamente à ribeira de Fornelos, referiu que não tinha conhecimento de nenhum pedido e que se tivesse a Câmara já teria certamente efectuado uma intervenção. Acrescentou que não lhe passou pela mão até ao momento nenhum tipo de problema na ribeira de Fornelos. Sobre a questão do concurso das escolas e sobre a sua titularidade, entende que esta é uma questão do registo da conservatória e que se o Senhor Deputado considera que as escolas não devem ser registadas que diga o porquê. Esclareceu que do ponto de vista legal todas as escolas são da Câmara mas sabe que há situações em que há uma relação afectiva das populações com as escolas: isso é uma coisa diferente. Sobre a propriedade não há dúvida,

há documentos que comprovam que são da Câmara Municipal, mas questão diferente é saber se a Câmara deve vender determinadas escolas, por exemplo do Barreiro, Pioledo, em que as populações contribuíram para a construção da escola, devendo-se respeitar essa memória. Entende que assim deve ser e é por isso que, no Regulamento de Venda das Escolas, por sua proposta, existem duas cláusulas que vão ao encontro dessa situação: primeiro, não permitir a demolição das escolas; segundo, é dado direito de preferência sobre as populações. Acrescentou que foi por essa razão que a escola do Barreiro foi retirada do lote das escolas a vender. Relativamente à questão das AEC's e sem entrar em grandes pormenores por não ter grandes conhecimentos sobre o assunto, referiu que a transparência é total, solicitando que o Professor Alcides Amaral explicasse o que se passou porque não existe nenhuma ilegalidade, muito pelo contrário. ----------

O Senhor Professor Alcides Amaral passou a explicar que a contratação dos professores das AEC's é feita pela Cooperativa com a qual a Câmara celebrou um protocolo. A Cooperativa tem, no caso concreto, dos monitores de inglês, que é quanto tanto se percebe a questão em causa porque a pessoa que era candidata do PSD era monitora de inglês. Esclareceu que os professores de inglês não são contratados directamente pela Cooperativa, mas sim pelo Clifton College que é uma escola de inglês com a qual há um protocolo, já de há muito tempo. Acrescentou que neste caso concreto, foi reconhecido pela própria pessoa não ter habilitação para dar inglês, não ter formação específica na área, tendo-lhe a própria disse que no tocante ao inglês estava completamente fora de questão qualquer tipo de contratação porque não tinha formação nem condições para leccionar nessa área. Referiu que no tocante aos restantes monitores foi dada continuidade pedagógica que é também uma questão que, sempre que possível, se deve observar de acordo com as habilitações e formações e com as áreas que serão leccionadas. ---------

Terminada a explicação sobre as AEC's, o Senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção. Relativamente à questão sobre a existência de um projecto para as Fisgas, referiu que existe de facto um estudo com a UTAD e o Parque Natural do Alvão que melhora, quer as condições de acesso à Fisgas, quer também alguns circuitos pedonais. Salientou que a preocupação do Executivo é que esse projecto possa também envolver as próprias populações porque só assim é que este projecto faz sentido. Afirmou que neste momento não havia ainda nenhuma candidatura feita mas que existe de facto uma intenção da Câmara em fazer um projecto para as Fisgas de modo a valorizar essa área. Relativamente à sugestão da deputada Maria Manuel Ferreira Martins, considera que há de facto alguns aspectos no posto de turismo que têm de ser melhorados e que a questão do artesanato teria que ser analisada. Concordou com o facto de que hoje as pessoas que produzem artesanato não têm capacidade para escoar os seus produtos, pelo que, se o posto de turismo puder ajudar nessa dinamização económica, estaria perfeitamente disponível para tal. Concluiu dizendo que registava o seu contributo para melhorar o turismo. Relativamente ao procedimento da Casa da Igreja, informou que este terminou a 23 de Setembro, não tendo havido nenhuma proposta, pelo que o procedimento do concurso ficou vazio. Relativamente às obras na vila, acredita que toda a gente já percebeu que o avanço das obras era inevitável, é um bom investimento que a vila está a ter e que estas obras não são tirar e pôr paralelo, há toda uma intervenção: substituição de redes de saneamento, de água, comunicações, cruzamentos, sinalização, toponímia… Considera que resumir essas obras, que vão mudar completamente a face da vila, a tirar e pôr paralelo é de facto esconder aquilo que está à vista de todos. Terminou a sua intervenção dizendo que o dinheiro que está a ser investido na vila não podia ser aplicado nas freguesias, que era um investimento que tinha um tempo para ser feito, reconhecendo que existem necessidades nas freguesias, há obras que só se podem fazer com

candidaturas, pelo que se tem que aguardar e preparar esses projectos para os candidatar. ----------

O deputado Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer que não colocou na Assembleia nomes de pessoas, que quem o fez foi o Senhor Presidente da Câmara. Referiu um ponto que considera importantíssimo, até para a Mesa, que está presente no regimento da Assembleia Municipal, deveres dos membros municipais que no seu ponto e) diz «Não celebrar com a autarquia qualquer contrato, salvo de adesão», pelo que não responderia o que quer que seja. Salientou o facto de querer que o Senhor Presidente o informasse e manifestasse a esta Assembleia se possuía qualquer registo de interesses ou contrato da sua pessoa com a Câmara Municipal. Acrescentou que recebia vários e-mails da Câmara para participar em eventos, os quais agradece, mas que até à data não recebeu nenhuma informação relativa às sessões que são organizadas com a Câmara Municipal e com as populações e que, se quisesse ir a uma dessas reuniões, não tinha informação nenhuma. Para terminar, referiu que o Senhor Presidente não tinha feito nenhuma abordagem sobre a questão por ele colocada que tem a ver com os pagamentos sem o visto do Tribunal de Contas. ----------

A deputada Aurora Peixoto e Pereira usou da palavra para referir que não tinha dito que as obras de segurança não estavam a ser feitas, tendo dito, sim, que gostava de as ver prosseguir devidamente e que gostava que talvez tivesse sido feito um esforço maior para que os meninos pudessem começar a escola sem ter lá as obras na envolvência. Compreende que poderá não ter sido possível, mas não disse que não se estava a fazer. Pediu desculpa por estar convencida de que se poderiam tratar, na Assembleia, assuntos do interesse do Concelho, para que se pudessem esclarecer as dúvidas, para que as pessoas estivessem devidamente informadas pois parece-lhe que tudo o que se relaciona com a educação dentro deste Concelho é um tema de interesse do Município e que deve, e pode, apesar de se insistir que não é uma

responsabilidade da Câmara, aqui discutir e falar, até porque lhe parece que os pais não estão devidamente informados. No que respeita à jornada contínua, também disse que tinha plena consciência que estava previsto na Lei, mas como diz o ditado, «quem te avisa teu amigo é». Entende que os eleitores deste Concelho, quando vêem os trabalhadores da Câmara, de tarde, a não trabalhar, questionam-se o porquê de não o poderem fazer se eles também o fazem. Apesar de estas condições estarem previstas na Lei, a deputada considera que podem, neste momento, não ser as mais favoráveis visto que, se as pessoas trabalham oito horas, porque é que os outros não o deverão fazer. Reafirmou que os eleitores não estão satisfeitos com esta decisão. Quanto às obras em Mondim, lembrou que este Executivo apenas estava a cumprir as obras que já tinham sido projectadas no anterior Executivo, não sendo estas obras da autoria deste Executivo. Deu os parabéns por este Executivo as estar a pôr em curso, no entanto pediu para que não se esquecesse de pôr as coisas em perspectiva e não se esquecesse das freguesias. ----------

O deputado João Alarcão fez a sua intervenção no sentido de fazer um reparo: uma coisa é negócios, outra coisa é contratos, e o que está vedado são os contratos. Solicitou também que o Senhor Presidente dissesse quem dos membros da Assembleia tem contratos ou negócios com a Câmara porque, tanto quanto saiba, não há nenhum. Relativamente ao concurso da Cooperativa mais social, referiu que o que punha em causa é precisamente não haver concursos e parece-lhe que uma Cooperativa, que funcione em nome da Câmara, ou qualquer outra que contrate para a Câmara, ficava bem ser transparente nessa matéria. ----------

A Presidente da Junta de Freguesia de Ermelo usou da palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara qual o destino dos cubos que vão para Paços, se é para caminho agrícola ou se é para caminho de acesso a casas, uma vez que a Junta de Freguesia não tem conhecimento de nada. Solicitou também ao Senhor Presidente da Câmara que se tem intenção de meter um

projecto para as Fisgas de Ermelo, achava muito, bem mas este não pode ser só um acordo entre a Câmara Municipal e o Parque Natural do Alvão, tem que ser com a Junta e com o povo de Ermelo e, até à data, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, não teve conhecimento de nada. Terminou dizendo que já há muito que se vai pedindo um caminho para Assureira, não estando a ser pedido nada à Câmara, apenas se pede o dinheiro anual que vem das antenas para as necessidades de Fervença e Assureira, que é de Ermelo. Afirmou que se a Câmara está empenhada, não foi com a freguesia de Ermelo que é a freguesia mais pobre do Concelho. ----------

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção da Senhora Presidente da Junta e explicou que quando falou no projecto das Fisgas, falou no Parque Natural do Alvão e na UTAD porque são duas entidades que estão a elaborar o projecto, e que, naturalmente, isso não pode ser feito sem o envolvimento das populações e pensa que a população de Ermelo vai ser chamada a participar. Acrescentou que naturalmente que se o projecto avançar que será um contributo muito importante, não só para o Concelho, mas sobretudo para a freguesia de Ermelo. Relativamente ao Conselho Directivo de Paço, explicou que a Câmara tem cubos e que o que está a ser feito é que algumas Juntas de Freguesia e alguns Conselhos Directivos estão a solicitar os cubos à Câmara, pagando eles a mão-de-obra. Acrescentou que a Câmara estava a transferir para as Juntas de Freguesia uma verba de cinco mil Euros para fazer pavimentações e que, havendo cubos, esses cinco mil Euros poderão ser utilizados para pagar a mão-de-obra e para fazer caminhos. Todas as Juntas de Freguesias estão a usufruir disso. Quanto à questão da Assureira, informou que logo que fosse possível proceder-se-ia à pavimentação de acordo com a disponibilidade de dinheiro, não sendo possível resolver todas as situações de uma vez só. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra para fazer a defesa da honra enquanto deputada desta Assembleia Municipal. Referiu que a deputada

Aurora Peixoto e Pereira falou, e com toda a legitimidade, dos problemas da educação mas não pode é lançar a confusão na cabeça das pessoas sobre as funções que exerce na escola, pois nem toda a gente tem a noção das funções e da orgânica das instituições. Esclareceu que estava na Assembleia, como Presidente da Assembleia Municipal, a dirigir os trabalhos da Assembleia Municipal, e que as pessoas têm o direito de pedir os esclarecimentos à Câmara daquilo que é a competência da Câmara, mas aquilo que for da competência da escola podem pedir esclarecimentos na escola porque enquanto Directora não irá fazer essa intervenção nesta sessão. Considera que ao referirem essa sua função em Assembleia, obrigam-na a intervir e não pode confundir os papéis. Terminou dizendo que, por acaso, estavam presentes alguns elementos que são da associação de pais e sabem o quanto a escola tem estado sempre em contacto com esse órgão e a preocupação que tem com os pais e com a informação aos pais. ----------

**1.2- Correspondência recebida ----------**

De seguida, pela Senhora Presidente da Assembleia foi presente a correspondência recebida. ----------

**2- Ordem do dia ----------**

**2.1- Aprovação das actas das reuniões de 30 de Junho de 2011 e de 25 8 de Agosto de 2011 ----------**

**Acta de 30 de Junho de 2011 ----------**

Relativamente à acta do dia 30 de Junho de 2011, o Deputado Fernando Avelino Silva chamou a atenção para uma correcção de uma votação. ----------

**Não havendo mais intervenções sobre esta questão, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação a acta de 30 de Junho de 2011, com a correcção evidenciada pelo Deputado Fernando Avelino Silva, que foi aprovada com dezasseis votos a favor e duas abstenções. -**

**Acta de 8 de Agosto de 2011----------**

**Não havendo intervenções sobre esta questão, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação a acta de 8 de Agosto de 2011 que foi aprovada com quinze votos a favor e três abstenções. ----------**

**2.2- Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro ----------**

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, na qualidade de vereador, em todos os orçamentos e relatórios de contas, votou sempre contra, pelo que não se considera responsável pela gestão anterior. Salientou que o relatório de acompanhamento da situação financeira é do conhecimento dos senhores vereadores e foi aprovado em reunião de Câmara. Referiu que, como se pode comprovar no documento, há uma melhoria significativa da situação financeira da Autarquia, sendo que o relatório de saneamento traduz o esforço que a Câmara está a fazer tendo-se esta comprometido, em relação ao saneamento financeiro, a reduzir as despesas e a maximizar as receitas, traduzindo-se no envio de um relatório sobre a gestão financeira de seis em seis meses. Relativamente ao primeiro semestre de 2011, acrescentou que, de uma maneira geral, se regista uma diminuição das despesas ao nível das despesas com energia, transportes contratos. ----------

O deputado Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer que considera que ainda há um desequilíbrio enorme entre a receita e a despesa, passando a fazer uma abordagem relativamente a este relatório. Tendo em conta que metodologicamente se adoptou o sistema de comparação entre o primeiro semestre do ano de 2010 e o primeiro semestre de 2011, o deputado verificou que relativamente aos custos com pessoal, não obstante a reorganização dos recursos humanos, estes aumentaram cerca de dois mil Euros, tendo havido redução de um dirigente e de seis assistentes operacionais. Acrescentou que, não obstante a reorganização dos serviços e nomeadamente a criação do balcão único, não é notória para a população uma melhoria dos serviços prestados, quer em termos de resposta aos

procedimentos, quer em termos de eficácia. Já no que respeita à aquisição de bens e serviços, realçou a diminuição dos gastos com a electricidade mas, em contrapartida, no que respeita aos transportes, não obstante o aumento do preço dos combustíveis, a verdade é que apesar de ter existido investimento na aquisição de vários equipamentos os custos com o transporte diminuíram apenas cerca de 10%, não se depreendendo no relatório o que é englobado na rubrica despesas com transportes, sendo de concluir que a informação prestada é manifestamente insuficiente e pouco transparente, sendo certo que da comparação entre os gastos com os combustíveis e as despesas com o transporte resulta que a despesa aumenta cerca de vinte mil Euros em relação ao primeiro semestre do ano anterior. Quanto às despesas com comunicações, assiste-se a uma diminuição de cerca de quinze mil Euros, embora o valor gasto com as comunicações lhe pareça ainda exagerado, podendo vir claramente a ser reduzido. Constatou ainda uma diminuição de cerca de 50% das despesas com seguros, sendo certo que a diminuição dos preços resulta do próprio mercado, que tem corrigido em baixa e que não é possível comparar os riscos de seguro. Quanto aos encargos financeiros, considera manifesta a insuficiência de informação não sendo possível retirar com segurança conclusões acerca da diminuição ou aumento da dívida. Conclui assim que deste relatório não é possível apurar se a despesa global está ou não efectivamente controlada, o que impreterivelmente deveria estar a acontecer atendendo ao momento que o País e o Município atravessam. Quanto à receita assinalou um aumento da receita arrecadada com impostos directos, assistindo-se, no entanto, a uma queda muito substancial de cerca de 50 % das taxas e multas, o que poderia compreender-se também pelo momento de crise mas que sem dúvida agravará a situação do Município. Referiu que se assiste ainda a um aumento da receita da venda de bens e serviços que se deve sobretudo ao facto do centro escolar reunir mais alunos e, consequentemente, ser maior a receita com a alimentação escolar. No que respeita às seguintes

rubricas das receitas, assinalou a escassez de informação, nomeadamente no que respeita à relação custo / proveito no que se refere à água e saneamento, sendo de concluir que o Município continua a não investir no aumento de cobertura da prestação desses serviços e a não vender a água a um preço que permita sustentar os custos de tal abastecimento. O Grupo do CDS-PP conclui assim que, ao contrário do que resulta do relatório, os ajustamentos que foram feitos ao longo do primeiro semestre de 2011 não são suficientes para suportar os encargos e, como tal, não atingiram os objectivos que seriam naturalmente a redução mais acentuada da despesa. ----------

O deputado Luís Sabino de Moura usou da palavra para deixar dois reparos que são naturalmente contributos para o equilíbrio das contas da Câmara. Entende que é necessário ver no pessoal da Câmara, nos técnicos superiores, é preciso pensar … pois são de facto muitos técnicos superiores. Considera que esta Câmara tem que pensar a sua sustentabilidade económica. Reconhece que seria mais bonito dizer o contrário, mas efectivamente a Câmara tem que cortar custos, tem que cortar na despesa do pessoal. Isto não é simpático, não é agradável de dizer, mas o deputado entende que, com a tragédia que o país está a passar, Mondim já a conhece, sendo o Presidente da Câmara eleito para gerir de forma sustentada a Câmara Municipal, deve esta Assembleia Municipal assumir também com as suas responsabilidades, assumindo ele, por conseguinte, a sua quota de responsabilidade. Relativamente à estrutura da água, que por acaso são as receitas, sabe-se que a água, neste meio ano, incorporou mais de cem mil euros/duzentos mil euros de prejuízo. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a existência de uma solução para a água. Acrescentou que nunca defendeu que a água deveria ser entregue a uma empresa privada, sendo que a Câmara tem que encontrar uma forma de gestão eficaz para fazer a gestão da água mas sem a perder pelo preço do custo. ----------

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que, relativamente aos dados que estão no documento, é importante que os deputados tenham a percepção que estes são dados da DGAL, não foram enviados pela Câmara e que quando se fala em falta de transparência é preciso ter algum cuidado. Explicou que estes dados são elaborados pela Divisão Administrativa e Financeira com base nos dados da DGAL, portanto a Câmara não manipula os dados, não há aqui falta de transparência. Relativamente àquilo que o Senhor deputado Luís Sabino de Moura disse, parece-lhe que é particularmente grave pois defendeu nesta Assembleia o despedimento de funcionários da Câmara. Concluiu dizendo que a Câmara Municipal diminuiu o número de colaboradores, não admitiu nenhum, e não despedirá nenhum funcionário e assumiu que no dia em que o obrigarem a despedir deixará de ser Presidente da Câmara. ----------

**2.3- Definição de taxas de impostos locais ----------**

Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa esclareceu que, apesar da apresentação destas duas taxas ter sido feita em conjunto, poderia ser feita uma discussão conjunta, podendo também ser feita em separado se assim o entendessem. ----------

O Senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta. Esclareceu que o município podia fixar dois impostos: o IRS e o IMI. Chamou a atenção para o facto de ser necessário fazer uma comparação entre esta proposta e o documento que o governo português assinou com a Troika porque não é muito diferente. A Câmara assumiu o compromisso de diminuir as despesas, e está a fazer todo o esforço para a diminuir, e de maximizar as receitas, não valendo a pena andar aqui à volta com demagogias porque o tempo é de crise e todos o sabem. Realçou que a Câmara teve que contratar treze milhões e meio de euros, tem um relatório que foi visado pelo Tribunal de Contas, e todos estão comprometidos com isto que está aqui, pelo que maximizar as receitas significa que a Câmara tem que aplicar as taxas máximas do IMI.

Lamentou o facto de o ter de fazer pois sabe que vai ter repercussões e reflexos no bolso das pessoas mas aumenta o IMI porque a situação financeira da Câmara assim o obriga, e se não se aumentarem estes impostos a Câmara não estará a seguir os compromissos assumidos pelo relatório do saneamento financeiro. ----------

O deputado Fernando Avelino Silva iniciou a sua intervenção dizendo que era com alguma dificuldade que não se deixava impressionar. Quanto à questão destas propostas terem sido aprovadas pelo Executivo da Câmara, muito bem, mas a convicção e a certeza que tem é que os vereadores que o representam votaram contra. Considera que há muita despesa que se pode tirar sem estar de alguma forma a colocar a corda ao pescoço às pessoas que já pagam tudo aquilo que podem pagar. Não compreende que se passe do mínimo para o máximo nas duas situações apresentadas, até porque não se pode querer subir a taxa de forma isolada sem um plano devidamente apresentado de redução de despesa e não de uma forma aleatória. Mais acrescentou que, o que é uma evidência, de vez em quando são alterações e mais alterações ao orçamento, que foi mal feito, não foi previsto como devia ser. O deputado até perceberia que seria fácil alterar relativamente a alguns dos imóveis não avaliados, agora os imóveis que foram avaliados já o foram segundo uma taxa que é mais ou menos coerente. Nesse sentido, referiu que discordava completamente deste aumento brutal relativamente às taxas de IMI. Considera que a Câmara tem que começar a cortar e que têm de perceber qual é o caminho que se quer seguir, pois a leitura dos factos é vista pelo lado da Câmara que quer, de alguma forma, evidenciar-se, e a oposição vê as situações num prisma diferente, sendo que isto deve ser respeitado. Terminou dizendo que não se pode viver numa autarquia com um plano para o Concelho de que resulta alterações orçamentais ao ritmo de uma por mês, com sucessivas correcções, pelo facto de o orçamento não estar coerente e coeso, revelando um desnorte e uma incapacidade de gestão. ----------

O deputado Luís Sabino de Moura entende que o Senhor Presidente da Câmara não pode vir aqui dizer que toda a gente vai pagar e esperar que os deputados encarem isto com realismo. Esclareceu que quando fala nesta questão do aumento do IMI ela é preocupante, e que quando pede à Câmara para atentar aos custos com o pessoal, que existem muitas soluções sem o despedimento, que o Senhor Presidente da Câmara conhece. ----------

A deputada Aurora Peixoto e Pereira usou da palavra para dizer que não se pronunciara anteriormente em relação ao relatório do saneamento financeiro porque, infelizmente, por motivos profissionais, não teve tempo para estudar o documento, agradecendo que os seus colegas deputados o tenham felizmente feito. Agradeceu também que conforme lhes é pedido que tenham cuidado com as palavras, que o Senhor Presidente da Câmara também tivesse essa atenção com eles porque realmente entre maximizar e valor máximo existe uma pequena nuance. Em relação às taxas do IMI, afirmou que realmente não concordava porque em dois anos a taxa subiu do mínimo para o máximo, questionando-se se isto se justifica. ----------

O deputado João Armando Saraiva de Almeida fez a sua intervenção no sentido de dizer que, em relação às despesas da Câmara, a maior parte, como é do conhecimento geral, vai para pagamento de vencimentos de pessoal. Acrescentou que antigamente se ganhavam eleições admitindo pessoal, mas que o Partido Socialista queria ganhar eleições não admitindo pessoal mas fazendo projectos, candidaturas e obras, não tendo até à data admitido nenhum funcionário. Mais acrescentou que o Governo PSD/CDS aumenta impostos quase todos os dias, quando na campanha eleitoral dizia que não aumentava impostos, propõe que se despeça pessoal das câmaras e da função pública, corta o subsídio de férias aos funcionários públicos e aí ninguém fala e está tudo de acordo e com a Câmara, porque quer maximizar um imposto, está toda a gente revoltada. ----------

O deputado Fernando Avelino Silva usou da palavra para fazer a defesa da honra, referindo que não assinou nenhum acordo com a Troika, fazendo parte sim de um partido e que, concordando ou discordando, não é ceguinho. Referiu que o Senhor deputado se esquecera de referir que o acordo da Troika foi assinado pelo Partido Socialista, pelo PSD e pelo CDS/PP, sendo que a responsabilidade do acordo da Troika foi monitorizada pelo Partido Socialista.

A deputada Aurora Peixoto e Pereira usou da palavra para relembrar que, relativamente ao IRS, este Executivo tinha no passado proposto exactamente o oposto no sentido de ser uma medida de ajuda para fixar a população e agora apresenta isto. ----------

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para confirmar, admitindo que todos têm os seus pecados, mas que quando tomou posse e quando fez essa proposta a situação financeira da Câmara não era conhecida. Mais acrescentou que em relação a esta questão do IMI e ao facto de o Executivo o ter aumentado nos últimos dois anos, isso não era verdade uma vez que o IMI que está em vigor é de 2009. Terminou dizendo que quando se fala em maximizar as receitas existe uma Lei das Finanças Local que diz o seguinte: *«os municípios que recorrem ao saneamento financeiro comprometem-se a ter um plano de maximização das receitas, designadamente em matéria de impostos locais, taxas e operações de alienação de bens imóveis»*. Concluiu dizendo que os valores vão aumentar porque ainda não aumentaram e, neste caso, aumentam uma décima percentual porque passam para o valor máximo. ----------

Terminadas as intervenções e por uma questão de metodologia, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação as duas propostas separadamente. **A proposta de fixação em 5% do exercício do direito de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial de Mondim de Basto foi aprovada por onze votos a favor, quatro votos contra e três abstenções. A proposta de fixação do IMI para os prédios urbanos novos e prédios urbanos**

**avaliados em 0,4% e para os prédios urbanos que não tenham sido objecto de uma avaliação geral e cuja avaliação resulte de coeficientes de desvalorização da moeda ajustados pela variação temporal à taxa de 0,7%, foi aprovada por dez votos a favor, quatro votos contra e quatro abstenções.** ----------

**2.4- Informação do Executivo ----------**

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção para dizer que estava na posse dos deputados toda a actividade do Executivo, gostando apenas de acrescentar que, relativamente às actividades culturais, nunca em Mondim se realizaram tantas actividades como nesta fase, com o envolvimento das associações locais, aquilo que é muitas vezes aqui reclamado, devendo, a seu ver, ser um aspecto que se deve valorizar. Informou que foi aprovado também a alteração do PDM relativamente à questão dos desalojados da barragem. ----------

Tendo havido um problema com o fornecimento de energia para o sistema de gravação da sessão, não foi possível registar alguma informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade do Município, tendo sido a gravação retomada alguns minutos depois. ----------

O Senhor Presidente da Autarquia considera que a irresponsabilidade de alguns deputados pode pôr em causa o Concelho de Mondim no que respeita ao mapa da reorganização autárquica, só podendo sobreviver se tiver financeiramente uma boa situação, pelo que todos têm de trabalhar nesse sentido, não se podendo enganar as pessoas. Considera que não é possível ao mesmo tempo exigir caminhos na Assureira, em Ermelo, em Campanhó, e depois achar que a Câmara não pode cobrar IRS e IMI. Entende que não podem ter esse discurso e ser irresponsáveis a esse ponto, tendo que falar claro com as pessoas, e a verdade é que a situação financeira da Câmara é grave e só se pode corrigir diminuindo as despesas e aumentando as receitas, não havendo outra forma de o fazer. Pediu desculpa por esta veemência, não

sendo um ataque a ninguém, dizendo isto com simpatia mas com a convicção de quem, todos os dias, faz um esforço colossal para que as finanças da Câmara sejam corrigidas, não sendo o responsável pela situação financeira da Câmara mas cabe-lhe a ele essa responsabilidade e tudo fará para isso melhorar. Terminou dizendo para que não contassem com ele para exercícios de demagogia e que não se fale a verdade às pessoas pois não está disponível para isso. ----------

O deputado Fernando Avelino Silva usou a palavra para a defesa da honra pois parece que aqueles que votaram contra são todos uns irresponsáveis. Deu dois exemplos claros de como, às vezes, na acção e na retórica, as coisas não são assim. Recordou que na última Assembleia Municipal houve uma proposta da Câmara relativamente à isenção de IMI de uma determinada associação. Referiu não perceber como é que para umas coisas se consegue isentar associações e outros e de repente tenham que ser suportados pela população taxas que não entram em valores razoáveis, mas valores máximos. Considera que o que o Senhor Presidente tem que explicar aqui é o máximo, portanto questionou como é que se isenta uns e os outros têm que levar com a bomba. Deixou como sugestão ao Senhor Presidente da Câmara que nas próximas festas de Mondim, na Feira da Terra, que é um evento já com alguma tradição, cobrasse como entrada alguma coisinha, podendo se calhar aqui obter alguns recursos, por exemplo, cinquenta cêntimos, que não custa nada a ninguém. ----------

O deputado João Alarcão usou da palavra para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que entendeu que a sua intervenção foi o exemplo máximo e maximizado de demagogia. Considera que fez parte de afirmações, que até talvez estejam correctas, que são as bases de toda a administração caseira, que é reduzir as despesas e aumentar as receitas, mas é preciso ver à custa de quem é que se aumentam as receitas e, no entender do grupo parlamentar, está exageradamente uma sobrecarga a cair sobre a população de Mondim, que era

dispensável se houvesse imaginação para conseguir outras receitas. Acrescentou que não valia a pena perguntar-lhe quais seriam essas possibilidades porque se reservava para um exercício posterior, para depois demonstrar como é que essas receitas podem ser conseguidas. Para terminar, fez uma menção relativamente a um dos pontos que foi a participação do Senhor Presidente da Câmara numa cerimónia que também com a sua contribuição concorreu com a maior dignidade e nesse sentido agradeceu-lhe a presença, tendo resultado de tudo isto o esforço de promoção da nossa terra. ----------

O deputado Luís Sabino de Moura usou da palavra para dizer que a Câmara Municipal continua a ter muito em que cortar e que deve começar a perceber onde pode fazer mais receita. ----------

**2.5- Intervenção do Público ----------**

A Senhora Maria Augusta Ferreira usou da palavra para dizer que nasceu em Ermelo, sendo moradora aqui há pouco tempo porque há trinta anos que está no estrangeiro. Referiu ao Senhor Presidente da Câmara que emigrou, como muitos emigraram, tendo investido em Mondim de Basto, tendo já pago as suas contribuições bem pesadas e não estando a ter lucro nenhum, e que, se as contribuições ainda vão aumentar o que é que vai fazer? Referiu que como ela havia muitas pessoas e que muito do que se construiu em Mondim de Basto foi pelos moradores das freguesias que investiram na Vila. ----------

Tendo terminado as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação as minutas das actas e das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido todas elas aprovadas por unanimidade. ----------

**Encerramento da Reunião ----------**

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de Dezembro de 2011 e por estar conforme, foi aprovada e

vai assinada pela Senhora Presidente da Assembleia e Primeiro Secretário que a redigiu. ----------

_____

_____